

## Maquiavel e a Religião: O Temor a Deus Como Instrumento Político

Sílvia Mangerona\*

### *Resumo*

Maquiavel coloca a religião ao serviço da política. Tomando a antiguidade romana como exemplo, considera a religião pagã o melhor caminho para a manipulação do poder. Rejeita a abordagem teológica mas reconhece a virtude cristã apesar de a considerar ineficaz. Atribui ao temor a Deus o segredo para a união, motivação e participação das estruturas de um país. No pensamento político de Maquiavel, a religião é agregadora e pacificadora, um instrumento fundamental para a conquista e manutenção do poder político.

*Palavras-chave:* Maquiavel, religião, política, temor a Deus

### *Abstract*

Machiavelli puts religion under the politics. Taking the Roman antiquity like an example, he tells that the pagan religion is the best way to manipulate the political power. Rejects the theological approach but recognizes the Christian virtue. The secret for unity, motivation and participation in a country is in the fear of God. In Machiavelli's political thought, religion promotes unity, peace and is a big instrument to achieve and maintain the political power.

*Keywords:* Machiavelli, religion, politics, fear of God

---

\* Docente da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias



Maquiavel apresenta nas suas obras a religião como ferramenta fundamental para trabalhar a cultura e a política. A religião é, no pensamento deste autor, uma ferramenta que o bom governante deve usar para, de forma mais simples, levar o povo a obedecer.

Maquiavel rompe com o pensamento medieval atribuindo toda a convulsão política e social do seu país ao domínio cristão. Natural de Florença viveu, entre 1469 e 1527, uma época caracterizada por uma forte fragmentação em que a Itália estava dividida em pequenas soberanias em guerra.

Fortemente descontente com o clero da sua época, é na religião pagã do Império Romano que encontra o modelo mais útil para a instrumentalização da política. Subordinar a religião à política é, em seu entender, o mecanismo mais inteligente para a manutenção do poder.

A religião torna-se o único instrumento capaz de unir o corpo social e motivar a obediência e o compromisso da vida cívica para além da vida do príncipe. Para Maquiavel, o temor a Deus deve ser o princípio fundamental que se apresenta como único capaz de garantir a paz e a obediência eterna.

## 1. Religião Pagã Vs. Religião Cristã

No pensamento de Maquiavel existe uma oposição clara entre religião cristã e religião pagã. Maquiavel reconhece os bons valores do cristianismo mas considera-o um modelo religioso ineficaz. Ao defender a vida contemplativa e passiva, a religião cristã enfraquece a sua ação e torna-se incapaz de instrumentalizar as classes sociais. O cristianismo glorifica os humildes, despreza as glórias e as grandes conquistas e isto, em seu entender, fragiliza as almas e é o maior erro desta religião. A humildade e a fragilidade que reconhece ao discurso cristão não são úteis ao príncipe.

Maquiavel considera a religião pagã um bom instrumento governativo. Defende o paradigma romano de organização política onde a religião pagã funcionou como instrumento manipulador do povo romano<sup>1</sup>. Baseada na crença e no castigo, a religião pagã manipula melhor o co-

---

1. Exemplo do recurso a oráculos pelos Romanos antes das batalhas divulgando resultados positivos para incentivar os combatentes.

letivo, instrumentaliza e motiva a ação do Homem e, inevitavelmente, contribuirá para o bem comum<sup>2</sup>.

Para Maquiavel, o Império Romano é um exemplo paradigmático da importância da religião pagã na política. Na obra *Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, Maquiavel faz um elogio ao sucessor de Rómulo pelo facto de ter tido a sabedoria de usar a religião para manter a união civil durante a fundação de Roma: «Este, encontrando um povo ferocíssimo e pretendendo conduzi-lo à obediência civil de forma pacífica, voltou-se para a religião como coisa de todo necessária para manter um clima de civilidade; e fê-lo de tal modo que, por muitos séculos, não houve, em parte nenhuma, tanto temor de Deus como naquela república, o que facilitou a qualquer empresa a que o Senado ou os grandes homens romanos entendessem meter ombros» (Maquiavel, 2010a: 67).

No pensamento político de Maquiavel, a relação que se estabeleceu entre o legislador e a obediência civil romana é o melhor exemplo da utilização da religião como instrumento manipulador para os bons costumes e para a obediência pacífica. Mas, tal como Lefort (1972) observou, este chamamento da ordem romana não significa apenas um retorno às origens, mas também um exemplo de que o poder, mais do que repetido, deve ser reinventado.

A religião Cristã é, para Maquiavel, a virtude inoperante. «Maquiavel cita Cristo cerca de doze vezes e Deus pouco mais de cem vezes nos seus escritos» (Santana, 2011: 11). Apesar disso, reconhece a virtude da religião católica, da prática do bem em detrimento do mal. Não podendo ser considerado um devoto, também não será rigoroso considerá-lo um iconoclasta<sup>3</sup>. A forte crítica aos padres e papas da sua época levou o Concílio de Trento a colocar a obra *O Príncipe* na lista de livros proibidos com a acusação de ateuista e de imoral.

Reconhecendo os valores da religião, Maquiavel valoriza os bons costumes. Daí a sua frontal oposição em relação aos comportamentos menos dignos dos mais altos representantes da Igreja da sua época. O reconhecimento do comportamento irresponsável do Clero prejudica o compromisso e o respeito do povo. Uma religião corrompida perde

2. A noção de Bem Comum, em Maquiavel, afasta-se da origem da expressão no Direito Natural. O Bem Comum que deriva da axiologia cristã é a virtude moral do todo, como princípio e resultado. O Bem Comum que Maquiavel defende pode ou não ser virtuoso, apenas atende ao resultado como eficiência do poder e obediência do povo.
3. Sobre as dúvidas convicções religiosas de Maquiavel, veja-se Grazia (1993).

a sua eficácia: «(...) pelos exemplos negativos daquela corte, a Itália perdeu toda a devoção e toda a religião, o que tem provocado infinitos inconvenientes e infinitas desordens, porque, assim como onde há religião se pressupõe todo o bem, também onde ela está ausente, se pressupõe o contrário» (Maquiavel, 2010a: 71).

Maquiavel não nega radicalmente os princípios cristãos apenas os coloca em dimensão diferente. Para este Florentino, a boa prática política é a que consegue atingir os seus objetivos e não, necessariamente, a melhor e/ou a mais virtuosa, tendo em conta que o objetivo da política é manter o exercício do poder com a máxima fidelidade. Para a tradição cristã, a política, como conduta, é indissociável da moral e, por isso, está noutra dimensão.

Maquiavel, na consciência dicotómica do bem e do mal, apela à coerência do príncipe<sup>4</sup>. Aqui reside uma das questões mais polémicas no pensamento de Maquiavel. Os fins justificarão os meios? Em Maquiavel um crime é sempre um crime e um ato reprovável nunca deixa de ser um ato reprovável. No entanto, considera que as más práticas podem ser necessárias para atingir determinado objetivo. O recurso a atos censuráveis poderá ser útil aos políticos, mas nunca deixará de ser reprovável.

Na mensagem da obra *O Príncipe* encontramos a distinção entre política e moral. Maquiavel mostra que tentar conciliar as duas é pura utopia. O realismo da sua observação e o registo da prática mostram que na política se tem de jogar com todas as cartas e que todos os golpes são permitidos para manipulação e para a instrumentalização do povo.

A incapacidade de instrumentalização que a Igreja Cristã tem demonstrado leva Maquiavel a criticar o afastamento da religião cristã dos princípios da Igreja Romana. Em seu entender, a religião cristã deveria ter mantido o conteúdo e o culto da matriz romana para assim evitar o seu crescente declínio.

---

4. O Príncipe deve sempre utilizar os mandamentos de Deus ao serviço do bem comum, caso contrário, a religião deixará de constituir um elemento unificador e correrá o risco de destruir o Estado. É necessário criar rituais que unam e oprimam o povo e os cultos religiosos não devem ser corrompidos para que não se corrompa o Estado. É dever do príncipe promover comportamentos individuais e coletivos que se tornem ritos que levem ao conforto e ao compromisso com a estrutura política.

## 2. A Arma Secreta do Temor a Deus

É na religiosidade que o governante mantém o povo unido e o poder forte. O recurso a Deus funciona como uma arma secreta do príncipe. A durabilidade desse poder dependerá da gestão das crenças do povo. Antes de qualquer preocupação teológica, o líder político deverá extrair da religião o seu maior segredo – o temor a Deus. Este é, para Maquiavel, o único garante da fidelidade do povo: «(...) encontrando um povo ferocíssimo e pretendendo conduzi-lo à obediência civil de forma pacífica, voltou-se para a religião como coisa de todo necessária para manter um clima de civilidade; e fê-lo de tal modo que, por muitos séculos, não houve, em parte nenhuma, tanto temor a deus como naquela república (...)» (Maquiavel, 2010a: 67).

A veracidade da religião não é, para este pensador florentino, um elemento relevante. Para Maquiavel não interessa se a religião é verdadeira ou falsa; o que importa é o resultado da interpretação da vontade divina. Ou seja, a prática que obriga a um certo comportamento individual e coletivo.

As regras políticas serão facilmente aceites se justificadas por mandamento divino e não pelo mandamento das leis e do Direito. Para Maquiavel, a lei não é a base da política e não reconhece ao Direito o alicerce para a aquisição, manutenção e exercício do poder. O Direito é uma máscara, um alinhamento dado a uma determinada realidade depois de caracterizada pela religião e pela violência. O Poder adquire-se e mantém-se pela força das armas e não pela força das leis.

O político deverá ter a capacidade de despertar nos cidadãos o medo, o temor a Deus, tal como acontecia com o povo romano: «E quem prestar atenção a um infinito número de ações – do Povo romano no seu conjunto e de muitos Romanos por sua própria iniciativa – verá como aqueles cidadãos sentiam maior temor na quebra do juramento do que no não cumprimento das leis» (Maquiavel, 2010a: 67).

Lembrando o exemplo de Numa<sup>5</sup> no Império Romano, Maquiavel considera a religião e as armas instrumentos fundamentais que devem conviver para a boa gestão da pátria. Convencido desta dependência, Maquiavel refere, no capítulo XI dos *Discursos*, que «onde há religião, é

5. O Senado Romano elegeu Numa Pompílio sucessor de Rómulo, com a expectativa de que ele fizesse tudo quando tinha sido negligenciado pelo seu antecessor. Encontrou um povo revoltado e considerou que a única forma de conduzi-lo à obediência era apelar para a religião na sua forma mais manipuladora: o temor a Deus.

fácil introduzir as armas, e, onde existem armas e falta a religião, com dificuldade se pode introduzir a segunda».

Numa Pompílio introduziu, ao contrário de Rômulo, a autoridade de Deus para gerir as instituições civis e militares. Alegava que todas as suas orientações lhe eram concedidas por uma Ninfa amedrontando os que não cumprissem as suas regras com maldições divinas.

Maquiavel tem plena consciência das condições necessárias à manipulação. Quando o amor à pátria e às suas leis não bastam, é necessário o poder do juramento e o temor de o quebrar, como forma de compromisso e motivação.

O temor a Deus será possível e eficaz quando existem condições favoráveis à instrumentalização e manipulação do povo. Assim considera ser necessário um povo analfabeto e inculto. Só a falta de conhecimento permite o medo e a obediência cega, garante Maquiavel. O Império Romano e os tempos de Numa permitiram essa manipulação: «É certo que o facto daqueles tempos serem plenos de religião e aqueles homens, com quem tinha de lidar, incultos e primitivos, facilitava grandemente os seus desígnios, podendo imprimir neles qualquer forma de vida» (Maquiavel, 2010a: 68).

A estratégia de Numa e a forma como colocou a religião e o temor ao serviço da política é exemplo do que Maquiavel considera ser um bom governante: «Numa esteve entre as primeiras razões da felicidade daquela cidade, porque foi um veículo da boa ordem, porque a boa ordem proporciona a boa fortuna e da boa fortuna dependem os êxitos das empresas» (Maquiavel, 2010a: 69).

Saber utilizar a religião exige prudência para que o objetivo seja cumprido: alcançar o ânimo para o exército<sup>6</sup> e para o povo de forma a manter a união e a independência. O poder de Deus é mais temido do que o poder dos Homens, lembra Maquiavel, e ninguém quer a ira de Deus, o seu temor revela-se um segredo pacificador das almas e das condutas.

---

6. A importância do exército no pensamento político de Maquiavel é relevante colocando-o como mecanismo de estratégia ao serviço da política. Na obra *A Arte da Guerra*, Maquiavel, para além de um sólido conjunto de técnicas de combate, deixa a ideia da importância dos exércitos e da sua união para a independência da Nações. Também a animação e o incentivo dos exércitos se devem alicerçar na crença e nas superstições pagãs. Nesta obra exalta-se a força do príncipe ou do líder da república quebrando com o espírito cavaleiresco medieval do *servir a Deus*.

### 3. A Religião ao Serviço da Política

Para os Renascentistas o Homem não tem de ter, inevitavelmente, o destino apocalíptico da Idade Média. Pelo contrário, o Homem é encarado como detentor de impulsos, desejos e mecanismos que condicionam e determinam a evolução dos acontecimentos e da História. É dentro deste espírito que Maquiavel procura entender a realidade que o rodeia, promovendo o afastamento do metafísico através da materialização da fé e da religião.

Na época de Maquiavel proliferavam os manuais para ensinar a virtude ao príncipe<sup>7</sup> e garantir que ele governasse de forma a zelar pela manutenção do poder. O que Maquiavel reconheceu foi a falta de eficácia política da grande parte dessas orientações. Ensinar a praticar a virtude mostrava-se insuficiente para manter o poder inabalável e agregar a obediência do povo. Maquiavel entende a religião de forma utilitária, como um instrumento para comandar a ação política e manipular a obediência do povo.

Na Itália da sua época viviam-se tempos conturbados. A própria vida de Maquiavel fica pautada por variações profissionais que se devem à agitação política da República Florentina, ao governo de Lourenço de Medici e à invasão de Carlos VIII. É fácil reconhecer nos escritos de Maquiavel a mágoa em relação à estrutura da Igreja que, através de sucessivos escândalos, descredibilizou a virtude cristã e fragilizou a Itália: «(...) nós italianos, temos, portanto, com a Igreja e com os nossos padres, esta primeira dívida de termos ficado sem religião e de nos termos tornado maldosos...é que tem sido por causa da Igreja que a Itália se tem mantido dividida» (Maquiavel, 2010a: 71).

Maquiavel dedica o seu pensamento político à descrição de como vive o Homem realmente, ao reconhecimento realista do *ser*. A questão política passa a ser técnica: como alcançar e manter o poder? Para dar

---

7. Os conselhos aos governantes e soberanos são um género literário muito utilizado na época de Maquiavel.



resposta a esta questão minimiza-se a virtude do dever ser, para valorizar o que realmente é, independentemente da virtude<sup>8</sup>.

Maquiavel subordina a religião à política rompendo com um dos primados fundamentais da Idade Média que era exatamente o da subordinação da política à religião.

A religião tem um papel muito importante no pensamento de Maquiavel no sentido em que apela ao compromisso social pela fé e pela crença. Tem uma função instrumental, uma função agregadora e uma função cívico-educativa que estabelece e desenvolve uma função normativa, educadora e garante das hierarquias.

A religião funciona como um *Instrumentum regni* através do qual o poder político se legitima e, principalmente, se mantém. Constitui uma ferramenta para levar o povo a adotar determinadas atitudes. Só os Homens sábios e prudentes conseguem reconhecer e aplicar a subordinação da religião à política: «E é bem verdade que nunca houve num povo um ordenador de leis extraordinárias que não recorresse a Deus, porque, doutro modo, não seriam aceites, dado que são múltiplos os benefícios, só conhecidos por um homem prudente, que não possuem em si mesmo, argumentos evidentes capazes de persuadir os demais. Mas os homens sábios, que desejam superar esta dificuldade recorrem a Deus» (Maquiavel, 2010a: 68).

A função agregadora da religião une o povo e perpetua o poder. É através desta função que um dos principais desafios do poder político se resolve: o da fragilidade temporal do príncipe. O tempo de vida de um líder questiona a durabilidade do poder. Como o príncipe pode ter uma vida curta, é preciso algo que possibilite a continuidade da união para além da presença terrena: Deus, a força maior invisível aos olhos, mas temida nas ações: «E, como os príncipes gozam de vida curta, convém que o seu reinado acabe tão depressa como finda a sua virtude. Donde resulta que os reinos que dependem da virtude de um só

---

8. Sobre a posição de Maquiavel na história do pensamento político e filosófico, veja-se Leo Strauss nos textos *Thoughts on Machiavelli* e *The Three Waves of Modernity*. Strauss caracteriza o pensamento de Maquiavel e Hobbes como a primeira das *três vagas da modernidade*, onde lhe é atribuída a rutura com a tradição clássica. Strauss reconhece no pensamento de Maquiavel a separação entre a realidade e a virtude, entre o ser e o dever ser, a procura do segredo da manutenção do poder a todo o custo e consequência. Este segredo, como nos mostra Maquiavel, está na religião como instrumento que, independentemente de ser verdadeiro ou não, é manipulador.

144 homem são pouco duradouros, porque a virtude se extingue e raras vezes acontece que seja reanimada através do sucessor» (Maquiavel, 2010a: 69).

Para edificar um Estado e manter o seu poder tem de existir o temor ao divino, ao desconhecido. O mandamento divino torna-se mais eficaz do que a lei dos Homens e legitima a subordinação da religião à política. No pensamento de Maquiavel, é este o segredo da conquista e, principalmente, da manutenção do poder. Por isso, o Estado e a Igreja, como agentes da política e da religião, não se devem separar. A religião deve estar ao serviço da política, caso contrário o poder será frágil e decadente.

## Conclusão

Maquiavel encara a religião de uma forma muito utilitária. Dispensa a prova de veracidade, considerando indiferente para o objetivo em causa. Desde que seja em benefício do bem coletivo, desde que mantenha o poder e a obediência, a religião não precisa de ser verdadeira.

A religião deve, em seu entender, funcionar como um instrumento para manipular as estruturas da sociedade. Para isso, tal como acontece na religião pagã, o temor a Deus tem de ser maior do que qualquer outra consideração teológica ou legal. Maquiavel reconhece a religião como instrumento para a manipulação da vida coletiva e aponta o temor a Deus como o mecanismo mais eficaz para atingir a obediência geral.

O governo do príncipe será sempre avaliado pela sua capacidade de manipular o povo, pela forma como utiliza a religião a seu favor. A associação que Maquiavel fez entre a política e o mal tornou-se, ao longo dos séculos, uma verdade inexorável da qual é exemplo a sua mais conhecida obra: *O Príncipe*. O reconhecimento da manutenção do poder a todo o custo e a colocação da religião ao serviço da política fizera do seu pensamento uma doutrina com o seu nome – Maquiavelismo.

Ao longo dos tempos convivem interpretações de repúdio e fascínio a um pensamento político cru, realista e singular. Republicano e visionário para uns, *professor do mal* para outros, Maquiavel é um pensador único, reconhecido como um dos fundadores da ciência política moderna que defende diretamente que a religião deve ser um instrumento ao

serviço da política. A religião em Maquiavel é o elemento consolidador do poder por excelência e o temor a Deus um instrumento eficaz para a manutenção da união da Nação.

145

## Bibliografia

- Grazia, S. (1993). *Maquiavel no Inferno*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lefort, C. (1972). *Le Travail de l'Œuvre Machiavel*. Paris: Gallimard.
- Maquiavel (2010a). *Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Maquiavel (2010b). *A Arte da Guerra*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Maquiavel (2011). *O Príncipe*. Maia: Círculo de Leitores/Temas e Debates.
- Santana, F.F. (2011). "A Máscara Religiosa: O Papel da Religião no Pensamento Maquiaveliano". *Seara Filosófica*, Inverno, pp. 7-16.
- Strauss, L. (1958). *Thoughts on Machiavelli*. Chicago: The University of Chicago Press.